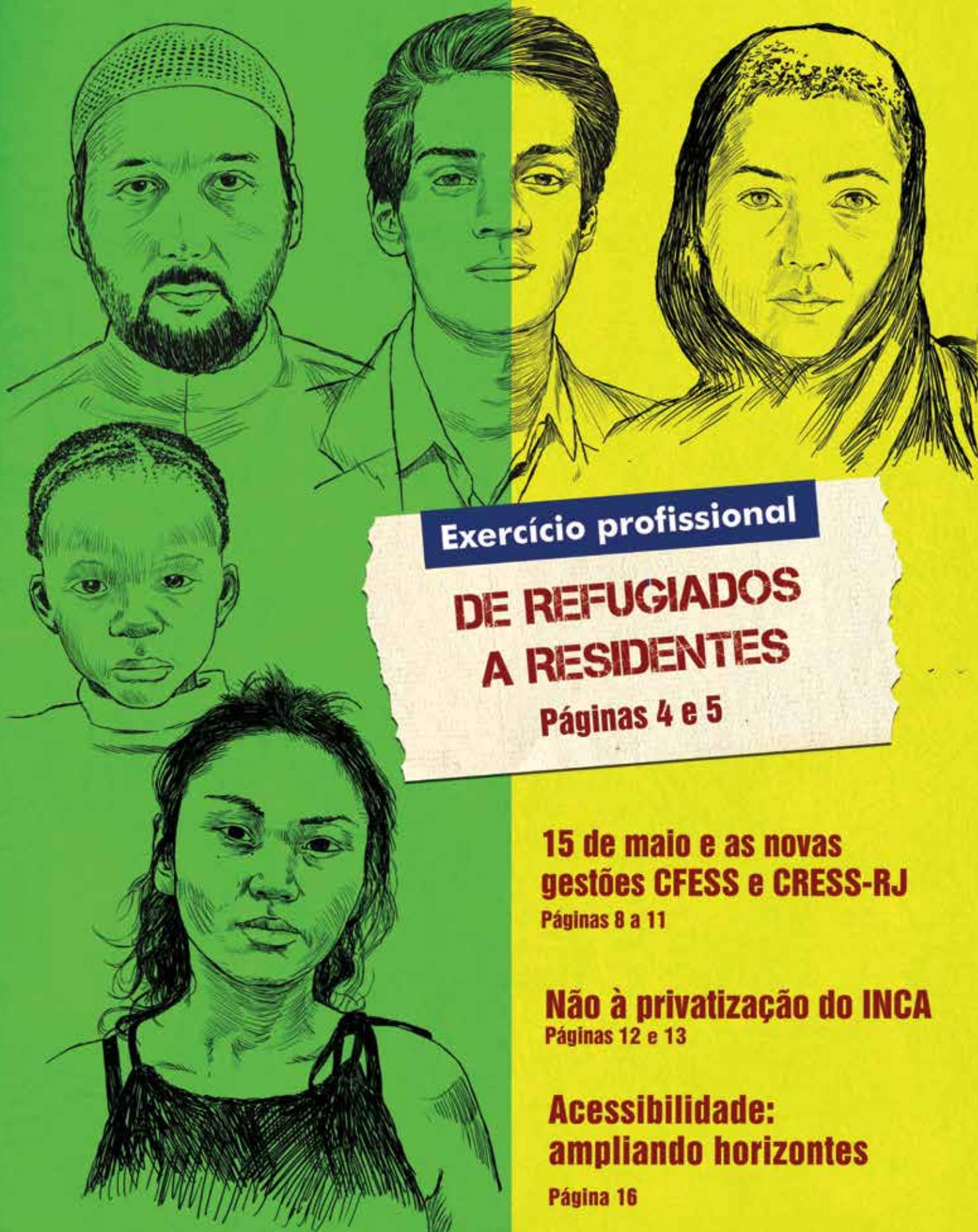




Conselho Regional
de Serviço Social (CRS)

PRAxis

ANO VIII - Nº 77 - MAIO/JUNHO 2014



Exercício profissional

**DE REFUGIADOS
A RESIDENTES**

Páginas 4 e 5

**15 de maio e as novas
gestões CFESS e CRESS-RJ**

Páginas 8 a 11

Não à privatização do INCA

Páginas 12 e 13

**Acessibilidade:
ampliando horizontes**

Página 16

CRESS opina

Para que as eleições valham a pena

Há algumas décadas há quem diga que um país democrático é o que tem realização periódica de eleições, mas essa afirmação, predominante nos países capitalistas, reduz o significado da democracia.

Democracia, já dizia Carlos Nelson Coutinho, é um processo histórico, um conceito em frequente disputa. Uma sociedade não é democrática se persistem nela distribuição de renda desigual ou tratamentos diferenciados para segmentos como homens e mulheres, negros e brancos, heterossexuais e homossexuais, habitantes de grandes centros urbanos em favelas ou de bairros com melhor infraestrutura, dentre outras distinções. Democracia não se mede pela quantidade de vezes que vamos às urnas e escolhemos alguém para que nos representem em poderes executivos ou legislativos. Mas pela forma efetiva de organização de cada sociedade. O que implica consideramos os campos da economia, da política, da cultura, da educação, da saúde, da habitação de qualidade, do transporte, do trabalho etc.

No Brasil, urge a necessidade da auditoria cidadã da dívida, para saber a origem da dívida pública, sua fundamentação legal, legitimidade e por que a política de saúde, por exemplo, carece de tantos investimentos? Sob esse ângulo o descontentamento com o sistema eleitoral, em função do descompromisso de parlamentares e membros do Poder Executivo com as políticas públicas, vem gerando várias propostas de revisão do sistema político. Uma sugere que todo parlamentar seja obrigado a colocar seus filhos em escolas públicas, para valorizar efetivamente a educação. Outra defende uma constituin-

te exclusiva e soberana para repensar o sistema político nacional. Ambas, e outras, contudo, padecem da mesma ilusão: teriam que ser apreciadas e viabilizadas pela atual forma de funcionamento da política nacional.

Neste quadro, é comum que parte significativa da população não reconheça importância nas eleições e só vá às urnas por ser obrigatório. Surge, assim, uma legítima pergunta: para que servem as eleições?

Para que as eleições valham a pena, é preciso reconhecer que, mesmo com os limites acima, são um momento de possível debate em torno de como queremos ver organizados o país e o estado em que vivemos. Significa ir além das propagandas que chegam à televisão – elas costumam se referir não às efetivas propostas das candidaturas e como elas pretendem efetivá-las: respondem mais a estratégias de *marketing*, que buscam nos convencer a depositar nossa confiança em outrem.

É preciso provocar reflexões a respeito da conjuntura, em cada momento em que isto for possível, o que pode incluir o exercício profissional, no contato que temos com usuários e usuárias dos serviços sociais. Não para propor que a população vote neste ou naquele candidato. Mas para alertá-la, na forma como está organizada a democracia representativa, de que são as eleições que definem quem assumirá os governos federal e dos estados e quem estará no Senado, na Câmara Federal e nas assembleias legislativas.

Também é necessário dizer à população que o voto não é um instrumento de troca. Não



pode ser negociado por favores ou outros “ganhos” – ações que, aliás, caracterizam compra de voto, proibida legalmente. Voto consciente implica, seja qual for a opção adotada, conhecer os projetos defendidos por partidos e as proposições de cada candidatura. Para, inclusive, caso eleita, possibilitar posterior

acompanhamento e cobrança de suas condutas. Do contrário, a democracia representativa se esvazia ainda mais.

É fundamental, também, aproveitar as eleições para discutir, em linguagem acessível, o que a organização da sociedade em molde capitalista implica para as políticas públicas e para o papel do Estado: direcioná-lo para o atendimento dos interesses do capital, não das maiorias da população. Na realidade, o “todos são iguais perante a lei” é uma afirmação que fica apenas no âmbito da previsão constitucional.

O Código de Ética que orienta nossa atuação profissional prevê como princípio que contribuamos para o acesso da população a seus direitos e a políticas universais, públicas, gratuitas e de qualidade, sem quaisquer tipos de discriminação e preconceito. As eleições são mais um bom momento para exercitarmos esta competência e demonstrarmos nosso compromisso com o debate e com a construção de uma nova sociedade, realmente libertária e igualitária.

A diretoria

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 77 - Maio/Junho 2014

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Mônica Simone Pereira Olivar

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto.

Suplentes: Charles Toniolo de Sousa, Eliane Santos de Assis, Glicia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdab Calache Distler, Maria de Fátima Alves Canazaro Vasconcellos, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodré de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Lima, Nelson Félix Lima Neto, Charles Toniolo de Sousa, Michelle Moraes, Fernando da Silva Lopes, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque, André Cansado e Allan Botelho

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso d'Almeida

Secretário: Jonis M. S. Felipe

Tesoureira: Eliana Ferez

Suplentes: Cristiano Correa Pessanha; Fernanda de Oliveira Monteiro; Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 - Pontual Shopping - CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Natalia Reis de Oliveira, Fabiola Salvador da Costa, Cristiane dos Santos Alves

Jornalista Responsável: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751)

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D - **Estagiário de jornalismo:** André Cansado

Impressão: Gráfica Colorset - **Tiragem:** 15.000 exemplares - **Data de impressão:** 24/07/2014

O CRESS-RJ e suas opiniões

Desde que o Praxis passou para seu novo formato, todas as suas edições, como esta, trazem a opinião da direção do Conselho na página 2, como um editorial.

Há ocasiões, no entanto, em que a conjuntura faz surgir a necessidade de edições extras, que são publicadas apenas em versão eletrônica, e ficam disponíveis em nosso site. Seu tamanho possibilita que elas sejam impressas e afixadas em mural. Foi o que ocorreu com a rejeição, com evidentes sinais tendenciosos e ideológicos, de projeto de pesquisa interinstitucional apresentado por um grupo de profissionais de algumas universidades públicas (UnB, UERJ e UFRN) à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O parecerista chegou a afirmar, quase que em todas as letras, que o método marxista não merecia credibilidade/respeito, posto que não seria científico. Isto motivou a publicação, em junho, da edição 21 do CRESS Opina sob o título "O método marxista merece, sim, respeito".

Conheça a íntegra do CRESS Opina comentado no texto no link <http://cressrj.org.br/site/noticias/cress-opina-o-metodo-marxista-merce-sim-respeito/>

Assistente social docente, mais do que nunca é assistente social

Assistente social docente é assistente social e deve colaborar e participar de seu conselho profissional. Vários CRESS, em especial o do Rio de Janeiro, vêm incentivando esta reflexão.

Este debate não deve ser feito apenas do ponto de vista legal. Afinal, é amplamente reconhecido o papel que o Conjunto CFESS/ CRESS teve na história do Serviço Social brasileiro e a importância das ações desenvolvidas pelos conselhos Federal e regionais de nossa profissão. Trata-se, portanto, de ir além da legalidade: o registro nos conselhos profissionais de Serviço Social expressam um posicionamento político de fortalecimento de entidades que são centrais na defesa do projeto ético-político da profissão no Brasil.

Em março de 2014 essa linha de pensamento recebeu importante reforço, de forma oficial, através de manifesto assinado pela direção da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que veio a público manifestar-se sobre o tema.

Além da argumentação pautada na lei de regulamentação da profissão, o manifesto ressalta "a contribuição ímpar dos assistentes sociais docentes na formação de novos quadros profissionais e na produção de conhecimento, afinada com os desafios postos ao enfrentamento da ordem burguesa e consolidação do projeto ético-político em permanente construção nessa categoria profissional". Ao final do manifesto, a ABEPSS "indica a ampla inscrição dos assistentes sociais docentes nos Conselhos Regionais de Serviço Social em suas respectivas unidades federativas. Reiteramos que o fortalecimento de nossas entidades é fundamental para enfrentar os desafios postos para os assistentes sociais neste contexto sócio-histórico adverso para todos os que ousam lutar contra a barbárie da ordem do capital".

Para se inscrever no CRESS, consulte a documentação exigida pelo endereço eletrônico www.cressrj.org.br

Registro e anuidade

Quitações

Quem ainda não deu início ou não concluiu o pagamento da anuidade referente ao ano de 2014, solicite ao setor de registro e anuidade os boletos com valores atualizados através do nosso e-mail registroeanuidade1@cressrj.org.br ou telefone (21) 3147-9772.

O profissional inscrito junto ao CRESS, exercendo ou não a profissão, paga a anuidade normalmente. Caso não esteja exercendo, deverá comparecer ao Conselho ou a uma das seccionais para solicitar cancelamento de registro. Deve preencher o requerimento padrão e a declaração de cancelamento e levar Carteira e Cédula do CRESS e um documento comprobatório do não exercício da profissão (carteira de trabalho ou contracheque, mesmo se estiver exercendo outra atividade, cópia da aposentadoria). Também precisa estar em dia com o Conselho até a data da solicitação de cancelamento. Dependendo do mês que venha solicitar o cancelamento dentro do exercício de 2014, será cobrada apenas a proporcionalidade da anuidade.

As anuidades constituem praticamente a única receita do Conjunto CFESS/CRESS. A garantia de um Serviço Social de qualidade, propositivo e interventivo também depende de você. Quite sua anuidade e venha participar das ações do Conjunto CFESS/CRESS.

Transparência como princípio

O CRESS-RJ está colocando à disposição da categoria e da sociedade diversos dados como relatório de gestão, relatório de atividades e de prestação de contas.

O acesso aos dados é simples: basta ir ao site do CRESS e clicar no ícone "Acesso à informação". Nele existem alguns subitens que podem ser visitados como, por exemplo, a prestação de contas do exercício 2013. Dados como o orçamento aprovado pelo CRESS-RJ para o exercício de 2013 (R\$ 3.107.787,00), receita arrecadada (R\$ 3.095.642,87), despesas realizadas no exercício (R\$ 3.094.598,51), balanços patrimonial, financeiro, orçamentário, variações patrimoniais e até demonstração de fluxos de caixa já estão disponíveis.

8º Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social

Visando premiar trabalhos em comunicação e trabalhos de assistentes sociais que tenham ganhado importante visibilidade pública, a oitava edição do Prêmio terá apenas duas categorias: uma voltada para a área de comunicação e outra para de Serviço Social. As inscrições estão abertas até 19/9. Nesta edição, os três primeiros colocados de cada categoria receberão respectivamente R\$ 3.500,00, R\$ 1.000,00 e R\$ 500,00 (já descontados INSS e Imposto de Renda). Mais informações no site do CRESS-RJ.



Exercício profissional

Refúgio Humanitário

A palavra *caritas*, em latim, significa caridade. E esse é o nome de um dos braços sociais da igreja católica no Brasil. Podemos afirmar que, grosso modo, funciona como se fosse uma ONG da Igreja. Todo o trabalho social que as arquidioceses fazem está concentrado nas *Cáritas* ou nas pastorais. São vários os projetos, e um desses é de atendimento a refugiados. Um trabalho humanitário, de garantia de direitos, não confessional, independente de credo, etnia ou gênero. Esse trabalho acontece desde 1976, com mais de 62 nacionalidades atendidas.

Na cidade do Rio de Janeiro, bem próximo ao estádio do Maracanã, menos de cinco minutos a pé, fica a *Cáritas* que recebe regularmente refugiados de vários pontos do planeta. Tem gente da República Democrática do Congo, tem gente do Haiti, do Irã, de onde houver conflito. E o número de refugiados só faz aumentar. Entre 2012 e 2013 houve um aumento de 285% em novas chegadas de refugiados só no Rio de Janeiro. Existem várias formas das pessoas chegarem até lá. Pode ser por intermédio da Polícia Federal, por informação de terceiros ou do próprio governo brasileiro, que manda uma lista com gente vinda de todo o Brasil.

A equipe de Serviço Social da *Cáritas* da cidade do Rio de Janeiro é composta por quatro assistentes sociais. Mas, oficialmente, apenas por duas. As outras duas só entram em ação esporadicamente, apoiadas em projetos com o Ministério da Justiça. Há seis anos Aline Maria Thuller de Aguiar e Debora Marques Al-



A equipe de Serviço Social da *Cáritas* (da esquerda para direita) - Aline Thuller, Merlyn dos Santos, Debora Marques Alves e Diego Silva

ves trabalham no do Programa de Atendimento a Refugiados da CARJ (*Cáritas* Arquidiocese do Rio de Janeiro). Em julho de 2014 estavam na equipe de Serviço Social pelo projeto do Ministério da Justiça Diego Silva de Bem e Merlyn dos Santos Pinheiro.

Coordenadora do Programa de Atendimento a Refugiados da *Cáritas* Rio de Janeiro, Aline Thuller ressalta que o trabalho ali é "fazer a mediação entre o solicitante de refúgio e seus direitos. Porém, a grande dificuldade é quando a gente faz um encaminhamento ou um contato com as colegas que estão atuando

nas políticas e esbarramos com o desconhecimento delas acerca dos direitos da população que a gente atende. Por exemplo, a gente encaminha um refugiado para um abrigo e esbarramos na dificuldade das assistentes sociais entenderem que um solicitante de refúgio tem direito, assim como os brasileiros, a acessar a política de assistência social. Há a mesma dificuldade na saúde, na educação".

De acordo com a Lei 9.474/97, que normatiza o processo de solicitação de refúgio, quem deverá ser reconhecido como tal e quais são seus direitos, o refugiado tem os mesmos direitos de estrangeiros regulares no Brasil. Ou seja, tem direito a acessar todas as políticas públicas, por exemplo. Muitas vezes as pessoas não sabem o que é um refugiado. E a simples menção da palavra remete ao ouvinte mais desatento à dúvida sobre o que ele fez para estar fugindo. "É criminoso?"

Uma criança refugiada pode se matricular numa escola regular, mesmo sem documentação? "A lei que rege a proteção dos refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil diz que há de se ter uma flexibilidade quanto à exigência de documentos do país de origem. Neste caso, os documentos que essas pessoas possuem são o protocolo emitido pela Polícia Federal (no caso do solicitante de refúgio), o RNE (Registro Nacional de Estrangeiros, no

Um outro tipo de passaporte: o interesse pelas aulas de português é grande. Salas sempre lotadas.



caso dos refugiados reconhecidos), o CPF e a Carteira de Trabalho, todos eles emitidos pelo governo brasileiro. Esses são os documentos que podem ser exigidos”, explica Debora Marques. Ou seja, não dá para exigir uma carteira de vacinação ou outra documentação como certidão de nascimento. Afinal de contas, alguns chegam sem a própria família, quem dirá documentos tão específicos.

“É muito próprio da situação de refúgio não ter nenhum documento. Tem casos de sírios que estão entrando no país com passaporte brasileiro, o laissez-passer (documento de uma viagem só, com prazo curto de validade), porque a situação lá é grave. Esse documento tem um prazo de validade e quando eles chegam ao Brasil já recebem o protocolo. O problema desse protocolo é que muitas entidades não o reconhecem; por exemplo, a Polícia Militar. Já houve caso de refugiado passar o constrangimento de ter que provar para um policial que o documento era legítimo. Eles conseguem uma carteira depois de no máximo dois anos. Hoje nós conseguimos que na carteira o refugiado seja chamado de ‘residente’, porque muitos deles não são aprovados em trabalhos por conta disso”, comenta Aline. Vale ressaltar que a aparência física inicial deste protocolo (usado até recentemente) era muito simples: um pequeno pedaço de papel, com código de barras e a foto da pessoa. Entretanto, o Comitê Nacional de Refugiados (CONARE) determinou que a Polícia Federal use um novo modelo de protocolo provisório, com uma apresentação gráfica melhor. Mas, seja no modelo atual ou no anterior, esse protocolo tem que ser reconhecido como documento oficial, pois é disso que se trata.

As crianças refugiadas têm direito a serem cadastradas no CadÚnico mesmo sem possuir a Certidão de Nascimento. Nesses casos, a certidão pode ser substituída pelo número do CPF. No caso de crianças brasileiras, a apresentação da certidão de nascimento é indispensável, e não há a mesma flexibilidade que para os refugiados.

“Existe hoje, em nível federal, apontamentos pra se pensar a política dos imigrantes em geral no Brasil. A questão dos refugiados tem diferenças em relação ao imigrante comum; não se trata de pensar numa política exclusiva pra cada um, mas pensar na melhoria das formas de acesso dessas pessoas a seus direitos. Nós sempre falamos do direito deles de luta política, nós falamos dos conselhos de saúde e de assistência. Temos que pensar em como inseri-los nas políticas que já existem, mas que há especificidades em sistemas universais. Em São Paulo, hoje, existe uma experiência de duas ou três unidades de saúde que funcionam como um pólo de saúde para imigrantes e estrangeiros. Isso é pensar uma forma de especificidade da população”, conclui Aline.



Os refugiados e as frentes da ação

O primeiro momento é o acolhimento, onde são dadas orientações importantes e procura-se entender as necessidades urgentes de quem busca refúgio. Muitas vezes os refugiados chegam e não conhecem ninguém. Então é preciso providenciar abrigo e colocá-lo em segurança. Depois se tem a proteção legal, feita concomitantemente com o acolhimento, quando o sujeito pede refúgio, se não já houver feito. Se não, é encaminhado para dar entrada na documentação necessária. Ele preenche um questionário, vai à Polícia Federal e lá ele dá origem ao processo. Na volta ele faz uma entrevista com um dos advogados da instituição e este emite um parecer sobre o caso. Na entrevista social o usuário é orientado sobre como fazer o CPF e a carteira de trabalho. Também tenta-se identificar se é preciso outras intervenções.

Por exemplo, saber se houve situação de violência no refúgio ou no recebimento ao Brasil. Quando necessário, crianças são encaminhadas para escolas, mulheres grávidas para hospitais etc. A Caritas também oferece aulas de língua portuguesa e cursos profissionalizantes. As aulas de português vêm sendo ministradas nas proximidades da Caritas, na Paróquia do Divino Espírito Santo e São João Batista. O clima normalmente é muito animado e, alguns, mesmo já trabalhando, pedem flexibilidade ao empregador para continuar seu aprendizado do idioma de seu novo país.

Para um melhor entendimento nessa “Torre de Babel” os funcionários contam com apoios extras de alguns voluntários e refugiados, especialmente com relação a dialetos. Hoje trabalhando em um hotel de Copacabana, o congolês Charly (na foto) é um desses. Mas, Charly faz mais que isso. Ele atua como uma espécie de cônsul, auxiliando diretamente os africanos refugiados.



Pergunte à COFI

Laudos e pareceres conjuntos

Como proceder diante de solicitações para elaboração de um parecer "psicossocial"?

O termo "psicossocial" aparece em algumas legislações, como Estatuto da Criança e Adolescente e outras. Ele aparece nestas legislações fazendo relação à atuação de equipe multidisciplinar, especificamente, ao atendimento psicológico e do Serviço Social. Tais normativas não identificam os limites de atuação de cada área profissional. Cabe, então, aos profissionais envolvidos o delimitarem.

O Serviço Social é disciplinado por seu conselho profissional, como outras profissões. Este é o órgão competente por determinar suas atribuições privativas. A profissional, ao receber esse tipo de solicitação, deverá apresentar somente o laudo ou parecer social, previsto no parágrafo IV do artigo 5º da Lei 8662/93, o qual deverá ser assinado e ter o número do registro profissional no Conselho Regional.

Por que profissionais de áreas distintas não podem elaborar um parecer conjunto?

O parecer é uma opinião técnica. A assistente social somente pode emití-la sobre sua área de competência e de atribuição legal, para a qual está habilitada e autorizada. A apresentação do parecer pode ser feita de forma coletiva em um mesmo documento, mas cada profissional é responsável por elaborar o seu, conforme prevê o parágrafo único do artigo 4º da Resolução 557/09: "*O entendimento ou a opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica*".

Na saúde, por exemplo, o parecer conjunto fortalece as decisões tomadas pela equipe multiprofissional. Será que com a entrega de pareceres separados haverá alguma perda para as equipes?



Tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas da equipe profissional surge de um processo coletivo de trabalho que não se sustenta somente na emissão de pareceres conjuntos. A intervenção interdisciplinar envolve ações coletivas de enfrentamento das demandas postas pelos usuários no dia-a-dia, que vão além da elaboração de documentos. O que queremos destacar é que a elaboração do parecer pressupõe uma fundamentação teórica, ética e técnica que podem se diferenciar significativamente de profissão para profissão. O parecer também é feito com base em um conhecimento específico. O diálogo entre as profissões possui força política dentro da instituição e deve ser identificado na tomada de decisão, nas reflexões críticas e na participação política. A equipe pode decidir, conjuntamente, pela elaboração de pareceres que irão cooperar para o acesso ao direito reivindicado.

Quais as implicações para a assistente social que elaborar um parecer em conjunto com profissional de outra área?

Do ponto de vista do Direito, pode-se considerar um exercício ilegal nos casos em que um profissional de área distinta subscreve uma manifestação técnica da matéria do Serviço Social e vice-versa. Ou seja, a profissional pode ser responsabilizada por uma contra-venção penal a partir do momento que atesta conhecimentos específicos de outra profissão.

Outra situação que ocorre algumas vezes, principalmente na área jurídica, é quando a assistente social é chamada a esclarecer informações postas no parecer. Situação que fica inviável quando o parecer foi elaborado conjuntamente. Cada profissional só responde pela área de sua competência e não há como distinguir dentro de um mesmo parecer as opiniões técnicas que aparecem mescladas no que diz respeito ao que é específico de uma ou outra profissão. Portanto, a elaboração deste conteúdo em separado, além de colaborar para explicitar a especificidade de cada um, protege as profissionais institucional e legalmente.

Pesquisa

Traçando perfis do Serviço Social

Levantamento da COFI mapeia o trabalho de assistentes sociais nos CREAS e nos Centros Pops na Cidade do Rio de Janeiro



O auditório do CRESS-RJ ficou lotado no encontro devolutivo da pesquisa realizada entre abril e maio de 2013

Quando a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) foi instituída no âmbito do CRESS-RJ, há cerca de 30 anos, seu projeto de fiscalização previu como uma de suas ações as "Visitas Programadas", visando conhecer o trabalho de profissionais de Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais, assim como aproximar a entidade da categoria. Ainda hoje o projeto vigora e neste momento a política eleita é a de assistência social.

Em 2010 foi dado início ao levantamento na referida política, a partir dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município do Rio de Janeiro. Hoje o levantamento já foi estendido aos demais municípios do estado. Em 2013, durante os meses de abril e maio, dando prosseguimento a este trabalho, o CRESS-RJ visitou os 14 Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e os dois Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros Pop), totalizando os 16 equipamentos do referido município. Cinquenta e quatro profissionais (54) foram abordadas.

Os formulários utilizados foram dois: um voltado a questões mais gerais da instituição, contendo informações como a caracterização da instituição, a formação da equipe e sua atuação em conjunto, sobre o trabalho de assistentes sociais, as condições desse trabalho, o processo de capacitação/atualização das profissionais. O outro formulário é direcionado à experiência e história de cada profissional de Serviço Social – sua formação profissional, o

exercício, os instrumentos normativos por ela conhecidos e utilizados.

Como parte da metodologia utilizada após as visitas, no dia 23 de maio deste ano foi realizado no auditório do CRESS-RJ o encontro devolutivo que contou com a participação da maioria das assistentes sociais abordadas, onde foram discutidas as questões que mais se destacaram no levantamento feito. Essas situações foram problematizadas com as mesmas e em muitos casos ficou claro que a precarização das condições de trabalho tem sido um dos fatores que mais comprometem uma atuação que garanta serviços de qualidade à população. Assim, foi identificado que em muitos destes equipamentos houve alteração do quadro de profissionais, em sua maioria com decréscimo de trabalhadores, mas sem a substituição devida, trazendo sobrecarga de trabalho às profissionais. Uma questão problematizada quanto à equipe de trabalho é a visão equivocada de que técnicos, embora com formações distintas, possam assumir funções iguais. A ação técnica interdisciplinar no campo da assistência social é reconhecida como grande conquista em favor dos usuários, podendo proporcionar um atendimento amplo e diversificado, sob a percepção e intervenção própria de vários profissionais, mas não pode permitir ações profissionais sobre áreas que sejam exclusivas de outra profissão. Outro fato sobre o qual cabe reflexão diz respeito a situações em que não há entendimento, por parte de muitos usuários e de outras instituições, do real papel desses equipamentos, requisitando

às profissionais atividades que são estranhas àquelas que, de fato, competem aos CREAS e Centros Pop.

Como as visitas programadas são realizadas por agentes fiscais da COFI e as mesmas têm como prerrogativa a fiscalização dos espaços de trabalho, algumas notificações foram aplicadas. A grande maioria relacionada à carga horária (12), seguido de salas não compatíveis com a reserva de sigilo (11). Os dados apresentados mostraram que a grande maioria das assistentes sociais conhece a Resolução CFESS 493/06 que trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional de assistentes sociais. É importante salientar que a luta por melhores condições de trabalho deve se realizar por diversas frentes, mas em especial junto aos sindicatos.

Um balanço sobre o evento aponta que é imprescindível a construção de projetos de intervenção para aprofundar a compreensão do trabalho de profissionais de Serviço Social na instituição e para dar um norte a esse trabalho, qualificando a atuação na política de assistência social, algo consensual entre o CRESS e profissionais que estiveram presentes. Diante desta avaliação, o CRESS-RJ se colocou à disposição para colaborar nas reflexões com vistas à construção de projetos de intervenção do Serviço Social na política. Embora existam muitos desafios a serem enfrentados ficou bastante evidente que se trata de um grupo de profissionais qualificado e com um acúmulo significativo da política em que está inserido.

Mês de Maio

Desafios diante uma nova conjuntura

As manifestações populares que tiveram início em junho de 2013 acabaram por traçar novas perspectivas e expectativas para o Brasil. E as atividades em comemoração ao mês da assistente social de 2014 do CRESS-RJ aconteceram sob este novo cenário, somado à posse de uma nova diretoria para o triênio 2014/2017.

Foram 29 minicursos, 15 deles realizados fora da sede, sendo três em cada Seccional. Mantendo a estratégia de interiorização das atividades do Conselho, os minicursos foram realizados em 12 municípios, incluindo a sede e as cidades que abrigam seccionais. Ao todo, incluindo os quatro seminários estaduais, quase mil pessoas se inscreveram nos minicursos.

Os temas dos minicursos foram escolhidos a partir de pesquisa realizada em 2013, reconhecendo a importância de pautas como "religiosidade e exercício profissional", ministrado pela assistente social Josélia Reis, e "política de drogas e exercício profissional", que teve como palestrante o assistente social Fábio Simas. A programação manteve um interessante leque de opções de temas relacionados, direta ou indiretamente, ao cotidiano do exercício profissional.

No dia 15 de maio foi realizado no Teatrão da UERJ o evento central das comemorações do mês. Cerca de

750 pessoas compareceram. A mesa redonda e o debate tiveram como tema "Cidade-mercadoria X direito à cidade e o Serviço Social no contexto dos megaeventos", contando com as importantes participações do filósofo Marildo Menegat e da assistente social Eblin Farage.

Na oportunidade também foi lançada oficialmente a versão 2014 do cartão postal do CRESS-RJ, que teve como tema central as discussões sobre a Copa do Mundo de futebol. Numa face a frase principal afirma "Estádio não é escola" e na outra "Saúde é prioridade, sim!". Nos dois lados do cartão, um em inglês e outro em português o seguinte texto: "A Copa mais cara da história – O evento de 2014 custará R\$ 30 bilhões. Seria possível construir 2.031.930 salas de aula ou 97.222 postos de saúde bem equipados. Copa para quem?"

Em seu discurso de posse, Rodrigo Lima, o novo presidente do Conselho, eleito junto com os outros componentes da chapa "Contra a corrente: a luta continua" elogiou a gestão anterior "Trabalho e Direitos: a luta não para!" pelo legado deixado e pela acolhida no processo de transição.

Em sua fala, Rodrigo sublinhou o compromisso da nova gestão do CRESS-RJ de lutar pela ampliação de contratações de assistentes sociais via concursos públicos, além de ressaltar

que o Conselho irá se manter na luta junto com outros movimentos e pela garantia do cumprimento da "Lei das 30 horas" sem redução salarial.

"O CRESS não tem o papel do partido político, mas toma partido em várias frentes de trabalho, sejam elas junto as seccionais (de Campos dos Goytacazes e de Volta Redonda), as comissões temáticas e regimentais ou os diversos núcleos do interior, que permitem a interação com assistentes sociais de 92 municípios do estado", discursou Rodrigo.

Num gesto atípico em eventos oficiais, sejam eles de assistentes sociais ou não, toda nova diretoria sobre o palco do Teatrão convidou a gestão anterior para um grande confraternização onde sobram abraços, sorrisos e algumas lágrimas de emoção.

Avaliação

Na avaliação da direção do CRESS-RJ, escolher como centrais do mês de maio temas relacionados à nova configuração das cidades foi um acerto. A possibilidade de contato com reflexões sobre diversas dimensões deste debate, aliadas a outros desafios para o exercício profissional de assistentes sociais, contribuiu para ofertar à categoria chances de capacitação continuada e de novas abordagens para a análise de sua atuação cotidiana.



Nova diretoria: disposição para encarar desafios

Desafios à frente

Eleito presidente para a nova gestão do CRESS-RJ para o próximo triênio, o assistente social e professor Rodrigo Lima, que já compôs a direção do Conselho no período entre 2002 e 2005, encara o desafio com humildade e determinação, as quais divide com as companheiras e os companheiros que assumiram com ele nessa luta em prol de melhores dias para a categoria e para sociedade como um todo. O Praxis ouviu Rodrigo sobre os projetos e expectativas da nova gestão.



Praxis - Quais são os maiores desafios que a gestão que assumiu o CRESS tem pela frente?

Rodrigo Lima - Podemos pensar em dois tipos de desafios que estão articulados, os desafios políticos – que são relacionados à maneira como o CRESS se relaciona pra fora – e os desafios da gestão – que é a maneira como o CRESS lida pra dentro do Conselho. Do ponto de vista político temos ainda três anos de gestão pela frente com dois grandes eventos no Brasil: os reflexos da Copa do Mundo e as Olimpíadas. Pensando em garantias de direitos humanos, nós sabemos que violações aconteceram no processo e vão continuar acontecendo por conta da lógica do empresariamento da cidade. Ela hoje atende ao interesse de determinados grupos, banqueiros, empreiteiras, especuladores imobiliários etc. Isso cria um reordenamento da cidade, onde segmentos da classe trabalhadora são criminalizados e jogados para debaixo do pano, com impacto para as políticas sociais e para o trabalho de assistentes sociais junto à população. No ponto de vista da gestão do CRESS, falar da defesa do projeto ético-político se transformou numa frase de grande repercussão na categoria. Pra pensar nisso tem que pensar na execução política, administrativa, financeira e no orçamento, isso é fundamental. Eu estudei as questões do orçamento das políticas voltadas para crianças e adolescentes para minha tese de doutorado e quando cheguei ao CRESS fiquei preocupado. Será que o nosso orçamento dá

conta das nossas propostas e dos nossos sonhos? É importante planejar, traçar prioridades, intensificar a melhoria no atendimento à categoria, cuidar do patrimônio físico e material e de como vêm sendo tratadas as relações trabalhistas, pois os recursos humanos são muito importantes para a consecução dos objetivos da gestão.

Praxis - Como vocês imaginam a continuação do processo de interiorização do Conselho?

Rodrigo Lima – A interiorização, com os núcleos, e as comissões temáticas são as minhas “meninas dos olhos”. Quando eu soube que nós tínhamos aproximadamente quinze mil assistentes sociais ativos, nos noventa e dois municípios do estado, isso me deixou muito feliz, mas preocupado. Nós temos hoje um aumento dos cursos de Serviço Social e o CRESS é o responsável por fazer o registro de profissionais que saem das universidades com formações distintas. Toda perspectiva que tivermos de aprofundar a interlocução com o interior e regiões periféricas é muito bem vinda, acredito eu que é uma maneira pedagógica de se aproximar e ouvir a categoria.

Praxis – E como anda a formação dessa categoria?

Rodrigo Lima - Precisamos provocar um debate, que é necessário, sobre pensar novamente a possibilidade do exame de proficiência. Isso foi discutido há cinco anos e foi polêmico. Além da dimensão corporativa, temos que ter a defesa da população usuária no centro desse debate. Vivemos o aligeiramento da formação profissional e o tripé en-

sino, pesquisa e extensão tem sido deixado de lado, e isso repercute na formação de assistentes sociais. Precisamos criar algum mecanismo para verificar minimamente, seja por meio de uma pesquisa ou de uma avaliação, a concepção profissional trazida por assistentes sociais recém inscritas para potencializarmos a relação pedagógica com profissionais e universidades. Temos que discutir isso com a categoria. Não é um problema só do ensino privado, me refiro ao âmbito público também. Esse tipo de iniciativa preventiva seria importante também para identificarmos alguns aspectos da formação profissional e retornar para as unidades acadêmicas como subsídio para repensarem o projeto político pedagógico do curso. Já ouvi relatos sobre estudantes, que atualmente trabalham como assistentes sociais, que concluíram o curso e nunca leram o Código de Ética ou a Lei de Regulamentação da profissão. Tudo isso tem que ser articulado junto à ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e com a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social).

Para além da Política de Educação Permanente realizada, também temos que fazer pressão sobre o INEP para sabermos os resultados do ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e sobre o MEC para que cumpra seu papel de fiscalização das Unidades de Formação Acadêmica. Nessa dinâmica atual, o Conjunto CFESS-CRESS não pode ficar alheio a isso.

Mês de Maio: CFESS

Compromisso com a categoria

Os desafios para o Serviço Social no cenário nacional e internacional são grandes. E as novas gestões que assumiram em maio têm ciência disso. Nesta edição, o Praxis ouviu o presidente do CFESS, assistente social e professor universitário Maurílio Matos, e a conselheira Solange da Silva Moreira, que atua profissionalmente no Rio de Janeiro.

CRESS-RJ - Quais são os principais desafios que se apresentam para a próxima gestão do Conselho? Quais são as estratégias pensadas para superá-los?

Maurílio Matos - Temos um conjunto de desafios pela frente. Afinal, a conjuntura vem impondo a necessidade de respostas rápidas por parte dos órgãos de fiscalização profissional. Estes têm o compromisso com a profissão, com profissionais que representam e com os usuários e usuárias dos seus serviços. Um grande desafio é ampliar a capacidade de resposta imediata do Conselho nos assuntos que derivam da profissão, avançar na organização interna, fortalecendo laços de companheirismo nas entidades da categoria (ABEPSS e ENESSO), ampliar a interlocução com diferentes sujeitos que lutam pela democracia no Estado e na sociedade e contribuir, por meio das decisões do Conjunto CFESS/CRESS, para o cotidiano de trabalhos dos e das assistentes sociais.



CRESS-RJ - Quais são os principais projetos a serem implantados na nova gestão?

Maurílio Matos - A agenda do Conjunto CFESS/CRESS é deliberada coletivamente nos seus Encontros Nacionais, que contam com delegados e delegadas de diretoria e de base. Assim, já existe um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelas comissões do CFESS. Destacaria a importância de deslançarmos o projeto "Serviço Social, memórias e resistências contra a Ditadura Militar", que será uma importante contribuição à Comissão da Verdade, mas especialmente um registro, para as novas gerações, sobre a história de luta que muitos e muitas assistentes sociais têm para nos contar. Outro ponto importante é a retomada do Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social, com vistas a marcar nosso posicionamento sobre a seguridade e refletir sobre o cotidiano de trabalho nessas políticas.

CRESS-RJ - Professor formado em Serviço Social que ocupa cadeira no curso em universidade deve colaborar com o Conselho? Por quê?

Maurílio Matos - O ensino de Serviço Social é uma atribuição privativa de assistentes sociais. Sendo essa profissão regulamentada, para seu exercício faz-se importante a inscrição no Conselho Regional de Serviço Social. Esse é um debate antigo, que permanece na agenda do Conjunto CFESS/CRESS. No último Encontro Nacional, em Recife (PE), a deliberação 11 do eixo Orientação e Fiscalização Profissional apontou a importância de o Conjunto "intensificar as ações políticas articuladas entre o Conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e o ANDES/SN acerca da importância política de inscrição nos CRESS dos/as assistentes sociais docentes, cumprindo o disposto na lei 8.662/93", conforme o texto do Relatório do 42º Encontro Nacional, disponível no site do CFESS.

CRESS-RJ - Qual a importância das representações do CFESS e dos CRESS em conselhos e fóruns de defesa de direitos?

Solange Moreira - Os conselhos de direitos e políticas são instâncias de participação social da população brasileira, conquistadas no processo de redemocratização do Brasil. São espaços de controle social, nos quais se encontram representados usuários das políticas, gestores e trabalhadores. Cabe ressaltar que os conselhos são espaços contraditórios que, ao mesmo tempo em que podem propiciar um processo democrático de construção das políticas públicas, em outros podem reforçar práticas conservadoras, antidemocráticas e clientelistas. Contudo, não podemos nos furtar de contribuir para o fortalecimento destes espaços, contribuindo para a organização e qualificação das representações, principalmente dos usuários das políticas, que muitas vezes não se fazem representar neles.



CRESS-RJ - Você representou o CFESS em audiência pública sobre um recurso interposto pelo Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (CREMERS), para tentar garantir que pessoas usuárias dos serviços do SUS possam ter acesso a uma acomodação melhor, bem como escolher profissionais da saúde de sua preferência, pagando uma diferença para isso. O que isso significa? O CFESS é contra. Por quê? E de que maneira o Conjunto pode se unir contra iniciativas como essa?

Solange Moreira - O Recurso Extraordinário nº 581488, interposto pelo CREMERS (Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul) junto ao Supremo Tribunal Federal, tem como objetivo possibilitar que os usuários dos serviços de saúde que tenham condições financeiras para arcar com uma contrapartida, possam contratar melhores acomodações e profissionais de sua confiança no âmbito do SUS. O CFESS e várias entidades de defesa da saúde pública estiveram nesta audiência, com o objetivo de se contrapor a este projeto, uma vez que ele fere frontalmente os princípios de universalidade e equidade do sistema de saúde, princípios estes tão caros para a população brasileira, que lutou durante longos anos para que a saúde fosse um direito do cidadão e dever do Estado. Para fazer frente a estas ofensivas precisamos nos articular com os movimentos sociais na área da saúde, fóruns e frentes contra a privatização da saúde.

Seccionais



Volta Redonda

Mobilizando profissionais da Região Desafios e perspectivas para a Gestão 2014-2017

A nova diretoria da Seccional Volta Redonda considera como um de seus principais desafios para o período 2014/2017 a reaproximação com a base, de uma forma mais efetiva. O objetivo é que se possa, novamente, ocupar os espaços de discussão do CRESS com a categoria e com a sociedade.

Está também entre os principais objetivos da nova diretoria da seccional finalizar o trabalho iniciado na gestão anterior em relação às visitas de agente fiscal em todos os municípios que são de abrangência da Seccional. Um trabalho que irá requerer muito planejamento e esforço de todas, e que terá uma importância ímpar para a categoria.

O fortalecimento da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) e a criação de uma comissão de ética na Seccional – agora possível, em função da alteração do código que regula o processamento das denúncias e processos éticos – também estão entre os objetivos da nova diretoria.

Com base na proposta de campanha, pretende-se uma maior aproximação de fato com a categoria, através de discussões sobre o exercício profissional, principalmente sobre as condições éticas e técnicas de trabalho de assistentes sociais na região. Temas como sigilo profissional deverão estar em discussão.

Para fora da categoria, a nova diretoria tem como foco a articulação com movimentos sociais locais, participando de fóruns e dos mais diferentes debates e ações pela conquista de direitos.

Há previsão, para os próximos meses, que venha ser realizado evento comemorativo de 70 anos do Serviço Social na Previdência Social e o Encontro devolutivo da COFI, sobre as visitas já realizadas e os dados apurados no ano de 2014. Também está na agenda da Seccional, além dos encontros de nucleação, organizar o I Fórum para valorização da produção de conhecimento resultante do trabalho de assistentes sociais no Sul Fluminense.



Campos do Goytacazes

Mais perto da base

Os grandes desafios apontados nesse primeiro momento da gestão Ética e Movimento na Defesa do Exercício Profissional, da seccional de Campos, dizem respeito à necessidade de estímulo à organização da base em torno das demandas colocadas ao exercício de assistentes sociais na região. Elas vão desde as condições éticas e técnicas de trabalho àquelas que se referem às atribuições e competências na realização do trabalho interdisciplinar.

A devolução dos dados relativos às visitas programadas da fiscalização no Norte e Noroeste Fluminense também marca o início da gestão de forma participativa. A interlocução de profissionais com a diretoria e agente fiscal potencializa a dinâmica da orientação e de um exercício profissional mais qualificado.

A parceria da Seccional de Campos com a Subseção do Conselho Regional de Psicologia (CRP) já rendeu resultados, como o apoio à formação do Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS no Norte e Noroeste Fluminense, com a I Plenária que ocorreu em julho de 2014 no espaço do IFF, no auditório Miguel Ramalho.

A gestão Ética e Movimento na Defesa do Exercício Profissional inicia os trabalhos na Seccional de Campos dos Goytacazes reunindo assistentes sociais que trabalham nas políticas de educação e de assistência social a partir das comissões temáticas da seccional. Essas reuniões servem de alavanca para a participação da categoria nos vários campos de trabalho na região, de potencialização, mesmo que ainda de forma incipiente, de práticas que se coadunem com os princípios éticos e políticos da profissão,

Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social

Este livro reafirma a profunda atualidade que o Código de Ética de assistentes sociais tem no Brasil para contribuir com a interpretação crítica da vida social e para orientar nosso exercício profissional.

Vendas para todo o Brasil através do e-mail secretaria1@cressrj.org.br

Valor: R\$ 20,00 (fora o custo do frete)



Por que não privatizar o INCA



Ao longo dos últimos anos o fantasma da privatização da saúde vem deixando de ser uma assombração para tornar-se uma realidade. E no bojo desse processo o Instituto Nacional do Câncer (INCA) está ameaçado. Quem sempre lutou pela vida tem a sua frente uma visão nada alentadora.

E nos perguntamos: qual seria o real propósito do governo em privatizar setores públicos, em especial hospitais? Monica Olivar, conselheira do CRESS-RJ e militante dos Fóruns Nacional e Estadual de Saúde, avalia que são três fatores: o político, o ideológico e o econômico. "Todo o problema está vinculado à necessidade de adequação do Estado ao modelo produtivo no qual o Estado se insere. Qual o discurso do governo? O de que não tem orçamento (que está voltado para o pagamento da dívida pública). As instituições públicas são instrumentos de política, seja de Estado, seja de governo", sublinha.

O propósito principal é a mercantilização da saúde. Em recente relatório, o Tribunal de Contas da União (TCU) assinala que enquanto o governo fechava 12 leitos hospitalares por dia no Sistema Único de Saúde (SUS), um a cada duas horas, o setor privado abria nove por dia, um a cada duas horas e meia.

Na eleição de 2010, um total de 48 empresas de saúde doaram (ou seria "investiram"?) aproximadamente 11 bilhões para as campanhas eleitorais dos dois principais candidatos à presidência da república

O relatório destaca que o SUS perdeu 11.576 leitos hospitalares entre janeiro de 2011 e agosto de 2013. E, nesse período, foram criadas 8.349 vagas destinadas às pessoas que não dependem do SUS (um em cada quatro brasileiros).

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na eleição de 2010, um total de 48 empresas de saúde doaram (ou seria "investiram"?) aproximadamente 11 bilhões para as campanhas eleitorais dos dois principais candidatos à presidência da república.

Na atual conjuntura, o cenário epidemiológico e a centralidade da alta complexidade no Sistema Único de Saúde despertam o interesse privado em gerir hospitais, que envolvem altas cifras.

Monica Olivar sublinha que outro propósito atrás da privatização seria uma maior flexibilidade relacionada às licitações ou à contratação de pessoal. "Assim, a gerência administrativa das unidades públicas nas mãos do setor privado segue a lógica empresarial. Profissionais serão contratados em múltiplos vínculos, dificultando a luta dos trabalhadores. Além de que os administradores não precisariam nem se preocupar em prestar contas e nem efetivar o controle democrático do SUS. O lucro será o objetivo final", conclui.

INCA em observação

A história do INCA tem início em janeiro de 1937, quando foi criado o Centro de Cancerologia no Serviço de

Assistência Hospitalar do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Com a Constituição de 1988, já como INCA, o Instituto passa para o Sistema Único de Saúde (SUS), uma instituição 100% pública. Outras unidades, além da que fica situada na Praça da Cruz Vermelha, passam a integrar essa rede que aumenta significativamente, tanto com relação ao número de funcionários, como em termos de complexidade médica, atendendo todas as especialidades oncológicas, inclusive algumas que só são atendidas no Brasil. Hoje existem cinco unidades que recebem pacientes de todos os estados da federação.

Órgão do Ministério da Saúde responsável por desenvolver ações para prevenção e controle do câncer no Brasil, pautado no tripé assistência, ensino e pesquisa, sendo referência nacional no tratamento oncológico, o INCA traz consigo uma imagem pública (real) de um atendimento competente técnica e humanamente, de saúde pública universal.

Um dos grandes impactos que a saúde, em particular o INCA, sofreria com a privatização diz respeito à independência e à qualidade das pesquisas científicas. "Com o gerenciamento da unidade de saúde por empresas, que naturalmente seguiria a lógica do mercado privado, muitos projetos de pesquisa poderão ser preteridos por não atenderem aos princípios da produtividade mercantil e da geração de recursos financeiros imediatos", diz Olivar.

As assistentes sociais Letícia Batista Silva e Erika Schreider, que atuam no INCA (a primeira no HC II, voltado para mulheres, e a segunda no HC I, central que também atende a área infantil), fazem um diagnóstico de dentro da instituição. "O usuário chega ao INCA com a doença avançada, algo que deveria ser identificado previamente na atenção básica ou na média complexidade. Isso acaba trazendo certo perfil de usuário para a instituição, o que vai exigir do conjunto dos trabalhadores em oncologia, como médicos, enfermeiros e assistentes sociais uma determinada especificidade. Por exemplo, nos serviços de maior complexidade, como nas cirurgias de cabeça e pescoço, exigem da equipe uma *expertise* e uma variável importante é o volume de atendimentos, pois quanto maior número de cirurgias, maior será a experiência adquirida pelos profissionais, algo dificilmente alcançado em contratos temporários e

vínculos precários", ressalta Letícia.

"Até o momento, julho de 2014, não nos foi apresentado qual é esse novo modelo de gestão do INCA. A questão da forma de contratação é importante à medida que você tem uma garantia de que vamos continuar sendo funcionários públicos. Já com o estabelecimento de novas formas de contratação, como celetistas, e da perda de estabilidade, fato que compromete as relações de trabalho, como será o posicionamento desse funcionário quando tiver que defender o projeto de saúde pública do SUS? Qual será o rebatimento disso para o usuário?" pergunta Erika Schreider. Ela sublinha que isso rebaterá no atendimento, já que é comum, em alguns locais onde imperam os contratos celetistas, que as equipes sejam mudadas de dois em dois anos. Em um atendimento de alta complexidade como o do INCA, que é reconhecido pela população como um serviço de excelência, não é preciso ter uma bola de cristal para prever o que acontecerá com a fragilidade nos vínculos trabalhistas.

De acordo com as profissionais, nem o modelo de gestão de OS's (Organizações Sociais), OSCIP's (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público),



As assistentes sociais Letícia Batista Silva e Erika Schreider atuam no INCA A primeira no HC II, voltado para mulheres, e a segunda no HC I, central que também atende a área infantil

EBSERH (Empresas Brasileiras de Serviços Hospitalares) ou Fundações Estatais de Direito Privado atendem ao que o INCA tem como seus objetivos. Outro aspecto fundamental é o risco de viabilizar duplo acesso na entrada de pacientes no INCA, com prioridade para pacientes de planos privados de saúde. O que contraria frontalmente os princípios de universalidade do SUS.

Polêmicas sindicais não se resolvem judicialmente

A servidora do INCA Tatianny Araújo, militante de diversos movimentos sociais, está sendo indiciada por 6 diretores da Associação de Funcionários daquele Instituto, acusada de calúnia e difamação por uma postagem feita em sua página pessoal no facebook. Na ocasião, Tatianny divulgou sua indignação (a mesma de setores de base do INCA) diante do que considerava uma postura inadequada da AFINCA na greve da saúde federal. A utilização

de mecanismos judiciais para tratar polêmicas de âmbito conjuntural, político e/ou sindical é, em qualquer situação, altamente reprovável. Os autores dos processos solicitam, inclusive, ressarcimento financeiro que giraria em torno de R\$ 174 mil.

Uma campanha pela retirada dos processos está sendo organizada por diversas entidades e militantes dos movimentos sociais. Uma petição eletrônica neste sentido pode ser conhecida e subscrita pelo seguinte endereço: <http://tinyurl.com/mlqx3u4>



Outras ações do CRESS

Maio/Junho de 2014

O CRESS-RJ participou, nesse período, das seguintes atividades:

Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras – passeata organizada pelas frentes de esquerda na Av. Brasil, no dia 1/5.

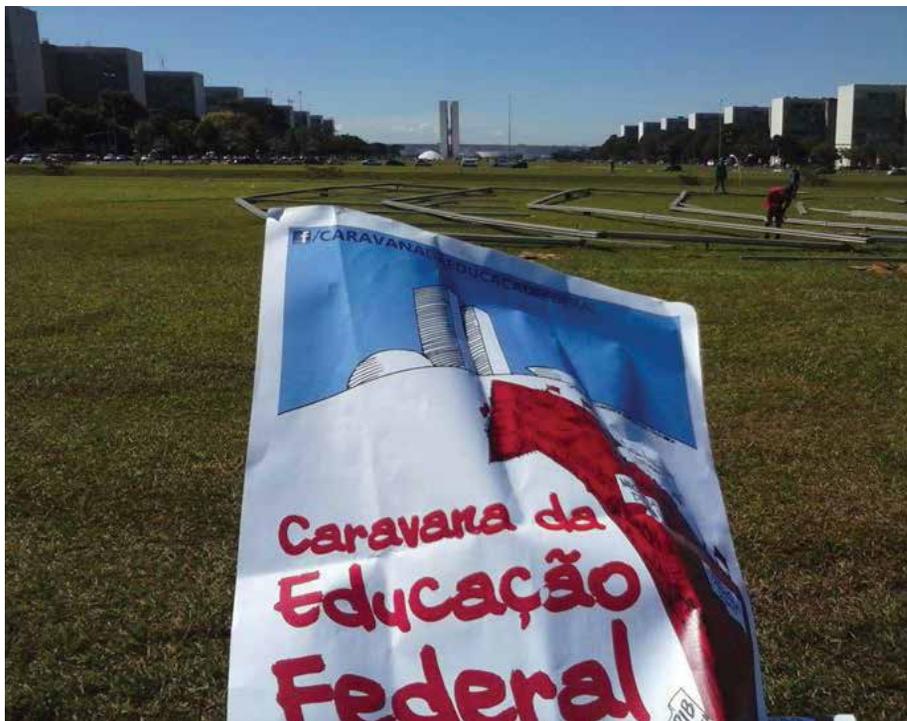
Marcha da Maconha – realizada dia 10/5, no Rio de Janeiro.

68 anos do Serviço Social no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: “História, Projetos e Perspectivas Contemporâneas” – o evento foi realizado no dia 16/5.

Nova diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF) – a posse, em Niterói, foi dia 16/5.

Dia de luta antimanicomial – ato no dia 17/5.

Curso de Extensão para assistentes sociais da SEAP – no dia 22/5 o CRESS-RJ participou da abertura do curso de extensão promovido pela Coordenação do Serviço Social e pela UERJ e pela UNIRIO, discutindo os desafios para o exercício profissional no sistema prisional.



Caravana da Educação em Brasília – caravana realizada pelos trabalhadores federais da educação superior em greve. O CRESS foi a convite do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRRJ (Sintur-RJ).



Atos “Nossa Copa é na Rua” – o CRESS-RJ esteve presente nos quatro atos realizados, o primeiro deles ainda em junho.

Escuta de Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual no âmbito do judiciário – promovida pela Comissão da Criança e do Adolescente da Alerj, aconteceu dia 22/5.

Mesa redonda “Desafios da Seguridade Social” – foi realizada dia 22/5, no Hospital Universitário Antônio Pedro, em Niterói, em comemoração ao Dia da Assistente Social, na composição da mesa.

70 anos da FSS/UERJ – a comemoração foi dia 28/5 e contou com a participação de nosso Conselho na mesa de abertura.

O SUAS e a população LGBT – mesa do debate promovido pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, que discutiu o direito à assistência social da população LGBT. O evento ocorreu no dia 26/5, na sede da SEASDH.

Direitos humanos e Serviço Social na contemporaneidade – esse foi o tema da mesa organizada pelo curso de Serviço da UNIABEU, dia 27/5, com a presença do CRESS-RJ na mesa.

Debate sobre o Relatório Anual sobre a Mortalidade Materna no Estado do Rio de Janeiro – audiência pública promovida pela Comissão de Direitos da Mulher da ALERJ no dia 28/5.

Conferência Mundial de Serviço Social – o CRESS-RJ participou, dia 28/5, do evento, promovido pelo CBCISS, de socialização dos trabalhos que serão apresentados na referida conferência.



30 horas de servidores públicos federais – Na luta pelas 30 horas, em junho, o CRESS esteve em assembleia no Sintur-RJ (foto) e na reunião com a reitoria da UFRRJ. Também participou de reunião, no SINDSPREV, com o advogado do sindicato.



“Impasses do SUS e seus impactos sobre o trabalhador da saúde” – ato público e composição da mesa sobre o tema, no dia 3/6, em evento organizado no Hospital Federal de Bonsucesso, em comemoração ao Dia da Assistente Social.

Cabo Frio: Seminário sobre Controle Social – O evento, que aconteceu dia 29/5, teve como sede a Universidade Veiga de Almeida.

I Encontro de Assistentes Sociais da Casa da Moeda do Brasil e Parceiros – realizado dia 29/5, teve como tema: “Exercício Profissional e Saúde do Trabalhador em Debate”.

Encontro Nacional da luta antimanicomial – evento realizado entre os dias 29/5 e 1/6, em Niterói.

Teresópolis: Seminário sobre Serviço Social, meio ambiente e políticas habitacionais – evento realizado no dia 30/5.

Dilemas éticos colocados a assistentes sociais da Saúde – O CRESS-RJ marcou presença e compôs a mesa do evento promovido dia 3/6, pela Residência em Serviço Social do HUPE/UERJ.

5º Assembleia do Fórum Estadual de Trabalhadoras(es) do SUAS e FETSUAS/RJ – na ocasião, dia 10/5, foi debatido o tema “Multidisciplinaridade no SUAS: Pareceres conjuntos”.

Relatório de visitas conjuntas de entidades realizadas em três unidades das Casas Vivas – finalização do referido documento, no dia 30/6.

Roda de Conversa sobre Mulheres Trans – realizada no CEDIM, dia 5/6.

Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos/RJ – em maio e junho, incluindo avaliação da campanha “Internação forçada – política errada!”

Participação no lançamento de livros e atividade comemorativa promovida pela Lumen Juris em decorrência do mês da assistente social – dia 29 de junho, na UFRJ.

Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – dia 5/6, na UFF/Niterói, com debate preparatório para o referido encontro.

Verba para fiscalização de comunidades terapêutica – dia 30/6, reunião com representante da Fiocruz para discussão de possibilidade de destinação da verba em questão.

AÇÕES DO CRESS – Maio e Junho 2014		NÚMEROS
Pedidos de novas inscrições / reinscrições		203
Pedidos de cancelamentos / transferências para outros CRESS		18
Débitos encaminhados para dívida ativa		-
Cerimônias de Entrega do Título de Assistente Social		2
Atendimentos da COFI	Por telefone	93
	Por e-mail	84
	Pessoalmente	18
Visitas realizadas		15
Novos procedimentos da COFI		15
Fiscalização de editais de concursos e vagas		-
Edições do curso “Ética e exercício profissional”		-
Novas denúncias éticas	De usuários	7
	De assistentes sociais	-
	De outros	-
Processos éticos em andamento	Com Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	-
	Sem Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	-
Julgamentos éticos realizados		-
Novas denúncias de desagravo público ¹		-
Reuniões de Comissões do CRESS-sede		21
Reuniões na Seccional de Campos dos Goytacazes		4
Reuniões na Seccional de Volta Redonda		3
Reuniões de Núcleos do CRESS		2
Reuniões de Conselho Pleno		3

Acessibilidade

Um Conjunto cada vez mais acessível

Assim como acontece em qualquer lugar, o Serviço Social também tem profissionais diferentes entre si. Não apenas na forma como pensam a profissão ou a vida em sociedade. Também temos entre nós profissionais que podem encontrar maiores dificuldades que outras para o exercício da profissão em função de determinadas características físicas, por exemplo.

Há alguns anos o CRESS-RJ foi alertado por uma assistente social para o quão preocupante era não termos o atual Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/93) acessíveis para cegos e surdos. Afinal, são documentos centrais para o exercício profissional com qualidade. Após apreciação em assembleia do CRESS-RJ, resolveu-se levar o tema para apreciação nacional.

Em 2013, quando o CFESS lançou a nova versão de seu site, além das mudanças visuais e de conteúdo e ressaltar ferramentas já existentes, como aumento de fonte e contraste, o Conselho Federal incluiu a possibilidade de navegação pelo teclado (com atalhos para os menus) para pessoas que possuem pouca destreza manual. Vale ressaltar também que as imagens do site, como fotos e ilustrações, passaram a ter o chamado "texto alternativo", identificado por programas leitores de telas que auxiliam pessoas com deficiência ou visão subnormal.

O lançamento oficial do Código de Ética em versão braille e audiolivro, em maio de 2014, só resalta o compromisso do Conjunto CFESS/CRESS com a acessibilidade. O CRESS-RJ já acrescentou à sua biblioteca alguns exemplares do Código de Ética em braille para acesso do público interessado. Outros exemplares foram doados para faculdades de Serviço Social do nosso estado. O Código em audiolivro já está em nosso site. O CRESS-RJ também está estudando a melhor forma de aumentar a acessibilidade no site do Conselho.

A versão do Código nos dois formatos cumpre, em parte, uma das deliberações do 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Palmas (TO), em 2012, que decidiu-se "disponibilizar o Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão, em áudio e tradução em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos sites do Conjunto, bem como estabelecer negociações com instituições no sentido de viabilizar sua publicação em braille, visando universalizar o

acesso a esses documentos".

As duas novas versões do Código foram feitas em parceria com o Instituto Benjamin Constant (IBC), entidade pública referência na área de acessibilidade. Por meio de um convênio firmado com o CFESS, o Instituto produziu gratuitamente os materiais e receberá, em contrapartida, todo o material utilizado na confecção dos produtos (<http://www.ibr.gov.br/>)

A assistente social e intérprete de LIBRAS Vanessa Bartolo, que foi uma das representantes de base do CRESS-RJ durante o Encontro Nacional realizado em Palmas, resalta que é extremamente importante esse passo em direção à acessibilidade. "Como o princípio da nossa profissão é garantir direitos, garantir que nosso próprio material seja produzido de uma forma acessível é um grande avanço".

Vanessa sublinha ainda que é importante que se faça um estudo para mensurar quantas assistentes sociais surdas e cegas existem hoje no Brasil.

Sobre a implementação de uma versão do Código de Ética em versão para LIBRAS, Vanessa Bartolo acredita que ela poderia ser realizada dentro de um valor viável. "Basta que sejam selecionadas as intérpretes e se faça a tradução e interpretação do material. É necessário que se faça uma busca para sinais apropriados que contemplem nossa categoria, mas nada que consuma tanto tempo. Acredito que do trabalho de versão e gravação, com pelo menos dois tradutores de LIBRAS, entre 30 e 60 dias o trabalho já poderia estar disponível no site". Vanessa acredita que, em médio prazo, o mesmo processo feito com a versão para LIBRAS do Código de Ética poderia ser feito com os textos fixos no site. Com relação às notícias, que são renovadas com mais regularidade, ela acha mais difícil, pois isso significaria um custo fixo maior.

Alguns sites vêm utilizando avatares para



Vanessa Bartolo, assistente social e intérprete de LIBRAS



Código de Ética em Braille

fazer leitura em LIBRAS e com ferramentas de áudio como a Rybená, como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A ferramenta de fato é muito simples, bastando selecionar o texto que se quer "traduzir". Os ícones indicativos ficam no topo da página e na lateral esquerda, mantendo-se na mesma posição mesmo quando mexe-se na tela com a barra de rolagem.

Vanessa acha importante essa ferramenta dos avatares, mas tem ressalvas. "Os avatares, pelo menos os que tenho conhecimento, fazem traduções semelhantes ao "Google tradutor", sem interpretação. No Rybená, usado pela OAB, por exemplo, o sinal para a palavra "nota" é o mesmo para todas as suas interpretações. "Nota de repúdio" é lida com sinais de "nota comercial" (nota fiscal), sem diferenciação. Acho que, mesmo úteis, ainda são falhos".

Sobre a leitura eletrônica para cegos há no Brasil pelo menos uma boa ferramenta para ser utilizada. E gratuita. O DOSVOX, um sistema que realiza a comunicação com a pessoa com deficiência visual através de síntese de voz em português, que também pode ser configurada para outros idiomas. O DOSVOX foi desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pode ser baixado gratuitamente em <http://www.baixaki.com.br/download/dosvox.htm>

O CRESS-RJ já acrescentou à sua biblioteca três exemplares do Código de Ética em braille para acesso do público interessado. Outros exemplares foram doados para faculdades de Serviço Social do nosso estado. O Código em audiolivro já está disponível em nosso site. O CRESS-RJ também está estudando a melhor forma de aumentar a acessibilidade no site do Conselho.

Acessibilidade não é privilégio, é direito.